

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO
Corregedor-Geral da União

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

IZABELA MOREIRA CORREA
Secretária de Integridade Pública

ANA TÚLIA DE MACEDO
Secretária Nacional de Acesso à Informação

CONTEÚDO

1	INTRODUÇÃO	4
2	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CONSELHO	5
	2.1 Secretaria Executiva	5
	2.2 Canais de comunicação e Gestão da Informação	5
3	REUNIÕES	6
	3.1 Reunião de instalação	6
	3.2 Primeira reunião ordinária	6
	3.3 Primeira reunião extraordinária	6
4	GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS E PLANO DE TRABALHO	8
	4.1 Metodologia dos Grupos de Trabalho Temáticos e de elaboração do Plano de Trabalho do CTICC	8
	4.2 Relatórios de Atuação dos Grupos de Trabalho	9
	4.2.1 GT1 - Governo Aberto	10
	4.2.2 GT2 - Monitoramento e avaliação de políticas públicas	11
	4.2.3 GT3 - Fomento à Integridade Privada	12
	4.2.4 GT4 - Acesso à Informação e Transparência	14
5	OUTRAS AÇÕES E INICIATIVAS	16
	5.1 PPA Participativo - Programa da CGU no PPA 2024-2027	16
	5.2 II e III Fórum Interconselhos	16
	5.3 Diálogos Amazônicos	16
	5.4 6º Plano de Ação da OGP	17
	5.5 Conferência Internacional de Integridade Pública	17
	5.6 Dia Internacional Contra a Corrupção	17
6	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	19
	6.1 Membros do CTICC	19
	6.1.1 Titulares – representantes do governo	19
	6.1.2 Titulares – representantes da sociedade civil	20
	6.1.3 Suplentes – representantes do governo	23
	6.1.4 Suplentes – representantes da sociedade civil	24
	6.1.6 Convidados dos Grupos de Trabalho Temáticos	27
	6.2 Alterações	30
7	ANEXO FOTOGRÁFICO (ASCOM)	32
8	REFERÊNCIAS:	33

1 INTRODUÇÃO

Em atendimento ao Art. 23 da Resolução nº 7, de 22 de novembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC, este relatório foi produzido com o objetivo de apresentar o balanço sucinto das ações realizadas no âmbito do CTICC e dos grupos de trabalho no ano de 2023, com informações sobre a situação de execução de seu plano de trabalho. O documento apresenta a organização, gestão e composição do Conselho, as reuniões realizadas, o plano de trabalho e grupos de trabalho temáticos, outras ações realizadas, e registros fotográficos.

O CTICC, órgão consultivo vinculado à estrutura da Controladoria-Geral da União, foi instituído pelo Decreto nº 11.528, de 16 de maio de 2023, o qual revogou o Decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018, que dispunha sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). A mudança objetivou a renovação do Conselho, com a inclusão da temática de integridade em seu escopo de atuação, e aumento da participação da sociedade civil.

O colegiado é composto por 11 membros representantes do governo e 30 membros representantes da sociedade civil, designados pela Portaria nº 2.250, de 23 de junho de 2023, e tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, e monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos destinados à transparência e ao combate à corrupção. Além disso, cabe ao Conselho sugerir ações voltadas para a valorização da troca de experiências, transferência de tecnologia, capacitação e articulação intragovernamental no âmbito das competências listadas anteriormente.

O quadro a seguir apresenta as ações do CTICC em 2023:

Ações	Quantidade
Reuniões ordinárias	2
Reuniões extraordinárias	1
Reuniões de GT	25
Oficinas de cocriação	16
Live de Lançamento 6º Plano de Ação	2
Reunião com representantes da OGP e coordenadores de compromisso do 6º Plano de Ação	1
Total	47

2.1 SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria-Executiva do CTICC funciona dentro da estrutura da Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União, e suas atribuições são:

- I - promover o apoio administrativo e técnico necessário às atividades do Conselho;
- II - divulgar a pauta das reuniões do Conselho;
- III - secretariar as reuniões do Conselho;
- IV - lavrar as atas das reuniões do Conselho;
- V - apoiar e disponibilizar meios para realização atividades dos grupos de trabalho;
- VI - manter controle da distribuição de matérias aos conselheiros e da numeração de atos do Conselho;
- VII - prestar assessoria ao Presidente e ao Conselho para a consecução das iniciativas relacionadas às políticas e estratégias do Conselho;
- VII - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos ao Conselho; e
- VIII - executar outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Presidência.

2.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A fim de proporcionar uma forma de comunicação ágil e direta entre os membros e a Secretaria-Executiva do CTICC, foram criados canais de comunicação e compartilhamento de informações. Primeiramente, foi criado um grupo no whatsapp onde foram incluídos todos os membros titulares da sociedade civil, governo, e convidados permanentes. No grupo foi disponibilizado um formulário para indicação de representantes para composição de 3 grupos de trabalho temáticos – lembrando que o GT1 de Governo Aberto já estava instituído, razão pela qual foi possível indicar novos membros apenas aos GTs 2, 3 e 4 – a partir do qual foram criados grupos no Teams e whatsapp para tratativas e agendamentos de reuniões específicas de cada GT.

Os canais de comunicação e compartilhamento de informações disponibilizados são:

- Telefone/Whatsapp
- Microsoft Teams
- E-mail
- Google Drive
- Youtube
- Página do Conselho (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia>)

3.1 REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Em 16 de maio de 2023 foi realizada a reunião de instalação do CTICC (<https://bit.ly/instalacaoCTICC>), no auditório da CGU em Brasília. Na ocasião, o Ministro da CGU e Presidente do Conselho fez uma breve apresentação sobre a nova estrutura e abrangência temática do CTICC, pontuando as expectativas, desafios e possibilidades de metodologias de trabalho. Além disso, apresentou as áreas que compõem a atual estrutura da CGU e seus projetos prioritários, com destaque para os temas que estão correlacionados às atribuições do CTICC. Participaram da reunião os representantes das entidades já designadas para compor o CTICC, que debateram sobre as principais propostas, contribuições, sugestões e expectativas do Conselho.



Figura 1: Reunião de instalação do CTICC
Fonte: CGU, 2023

3.2 PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Em 14 de setembro de 2023 foi realizada em Brasília a primeira reunião ordinária do CTICC (<https://bit.ly/1reuniaooordinaria>), cujo objetivo foi apresentar a proposta do Regimento Interno do Conselho, bem como a metodologia dos grupos de trabalho temáticos e plano de trabalho. Na ocasião também foi apresentado o informe sobre a atuação da CGU no primeiro semestre de 2023, e o Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos apresentou o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) como um tema específico a ser tratado no GT2 - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.



Figura 2: 1ª Reunião ordinária do CTICC
Fonte: CGU, 2023



Figura 3: 1ª Reunião ordinária do CTICC
Fonte: CGU, 2023

3.3 PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Em 02 de outubro de 2023 foi realizada a primeira reunião extraordinária do CTICC (<https://bit.ly/1reuniaooextraordinaria>), em formato remoto, com a proposta de Regi-

mento Interno a ser submetida ao Ministro da CGU e Presidente do Conselho. O texto apreciado na reunião reuniu todas as sugestões apresentadas pelos membros. Das 23 propostas apresentadas, 19 foram total ou parcialmente acatadas. Dos dispositivos aprovados, ficou o compromisso de avaliar a possibilidade de alteração do Regimento Interno quanto aos seguintes pontos, após o término do mandato atual, para eventual revisão:

- 1) Possibilidade dos membros convocarem reuniões extraordinárias a partir de um determinado quórum;
- 2) Possíveis formas de designação dos membros da sociedade civil, considerando outras propostas, tais como de edital de seleção e indicação de titular pelos próprios membros das entidades;
- 3) Alterar ou especificar, inclusive quanto à finalidade, os instrumentos possíveis para expressar as manifestações de deliberação do CTICC previstas no Art. 17.

O documento aprovado foi disponibilizado para assinatura do Presidente do Conselho, cuja publicação ocorreu em 22 de novembro de 2023.

3.4 Segunda reunião ordinária

Em 06 de dezembro de 2023 foi realizada em Brasília a segunda reunião ordinária do CTICC (<https://bit.ly/2reuniaordinaria>), cujo objetivo foi apresentar e aprovar o Plano de Trabalho do Conselho, com informações sobre os produtos e planos de ação dos grupos de trabalho. A reunião ocorreu durante uma semana marcada por importantes eventos realizados pela CGU, quais sejam, o aniversário de 20 anos, a Conferência Internacional de Integridade Pública, e o Dia Internacional Contra a Corrupção. Dessa forma, foi possível contar com a presença dos membros do CTICC nos referidos eventos, e com a presença dos Superintendentes Regionais da CGU na reunião do Conselho, de modo a possibilitar a interlocução entre as entidades da sociedade civil nos estados e as unidades regionais.



Figura 4: 2ª Reunião ordinária do CTICC
Fonte: CGU, 2023



Figura 5: 2ª Reunião ordinária do CTICC
Fonte: CGU, 2023

4

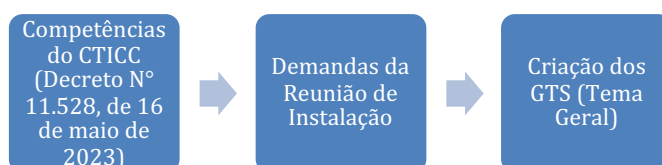
GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS E PLANO DE TRABALHO

4.1 METODOLOGIA DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS E DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO CTICC

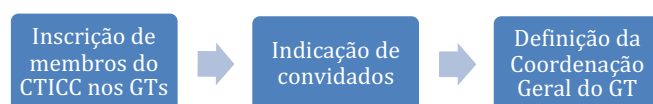
A metodologia dos Grupos de Trabalho Temáticos (GT) foi desenvolvida pela equipe da Secretaria-Executiva do CTICC e aprovada pelos membros do Conselho na 1ª Reunião Ordinária, em 14/09/2023.

Os seguintes passos que foram definidos para a formação dos GTs:

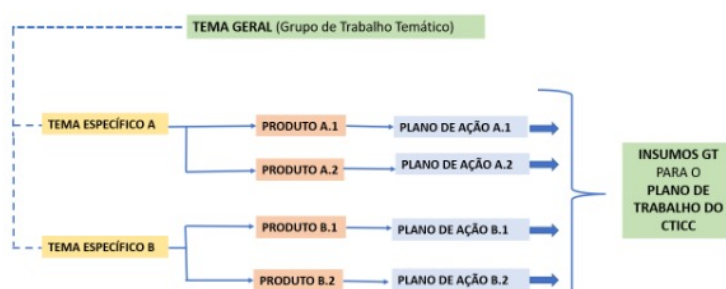
1. No primeiro momento, as competências do CTICC e as demandas apresentadas na reunião de instalação foram utilizadas como referência para a definição dos GTs a serem instituídos, que receberam seus respectivos títulos. O título de cada GT representa um tema geral.



2. Após a definição do tema geral, abriram-se as inscrições dos GTs e a indicação de convidados, assim como a definição da Coordenação Geral de GT, que em um primeiro momento se formou apenas com a representação de uma secretaria finalística da CGU, e, após a aprovação do Regimento Interno do CTICC, ficou acordado que haverá um segundo nome dentro da coordenação de GT, preferencialmente um membro representante da sociedade civil;



3. O tema geral foi utilizado como ponto de partida para a definição de um ou mais temas específicos. Para cada tema específico definido, estabeleceram-se os objetivos. Os objetivos dos temas específicos auxiliaram os GTs a definirem um ou mais produtos que serviram de insumo para a construção do Plano de Trabalho do CTICC;



4. Cada Grupo de Trabalho Temático desenvolveu um plano de ação para cada produto. A saber, os elementos básicos do plano de ação: coordenador(a) do produto; tarefas, responsáveis pelas tarefas, datas de entrega de cada tarefa e prazo de entrega do produto;

GRUPO DE TRABALHO:	GT 2	TEMA GERAL:	Monitoramento e avaliação de políticas públicas
TEMA ESPECÍFICO:	Transparência ativa das recomendações das auditorias da CGU	CÓDIGO DO TEMA ESPECÍFICO:	2A
OBJETIVO(S) DO TEMA ESPECÍFICO:	Possibilitar o controle social sobre a implementação de recomendações de auditoria		
PRODUTO:	Painel de Recomendações da SFC	CÓDIGO DO PRODUTO:	2A1
OBJETIVO(S) DO PRODUTO:	Divulgar em transparência ativa dados sobre as recomendações emitidas pela SFC		
SITUAÇÃO DO PRODUTO:	Em execução	PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO:	26/04/2024
COORDENADOR(A) DO PRODUTO:	TIAGO CHAVES OLIVEIRA	ÓRGÃO/ENTIDADE DO(A) COORDENADOR(A):	SFC
TAREFA	DATA DE ENTREGA DA TAREFA	RESPONSÁVEL/RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÃO
Capta sugestões dos membros do GT	03/11/2023	Membros do GT	As sugestões serão coletada a partir de formulários eletrônico a ser enviado aos membros do GT
Capta sugestões das equipes internas	03/11/2023	SFC	
Analisar as sugestões	01/12/2023	SFC	
Elaborar protótipos	29/12/2023	SFC	
Homologação dos protótipos	02/02/2024	Membros do GT	
Desenvolver as soluções	26/04/2024	SFC	

5. A reunião dos produtos de cada GT compõe o Plano de Trabalho do CTICC (<https://bit.ly/planoCTICC>), que foi apresentado ao pleno do Conselho para aprovação. O Plano possui caráter dinâmico e, se necessário, podem ser incluídos novos temas específicos e produtos, a depender das deliberações de cada Grupo de Trabalho. Esta versão apresentada na reunião ordinária de 06/12/2023 reflete o resultado consolidado até o momento.

	GT	TEMA ESPECÍFICO	CÓDIGO TEMA ESP.	OBJETIVO(S) DO TEMA ESPECÍFICO	PRODUTO	OBJETIVO(S) DO PRODUTO	SITUAÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO DO PRODUTO	PRAZO DE ENTREGA	COORDENA-DOR(A) DO PRODUTO	ÓRGÃO/ENTI-DADE DO(A) CO-ORDENADOR(A)
1	Governo Aberto	Plano de Ação da OGP	1A	Elaborar e acompanhar de forma participativa o 6º Plano de Ação, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP - Open Government Partnership - OGP)	Relatório parcial do Monitoramento da execução dos compromissos do 6º Plano de Ação da OGP	Construir o Plano de Ação de Governo Aberto, conforme metodologia previamente aprovada, em três etapas (Definição de temas, Oficinas de cocriação e Aprovação do Plano). Monitorar Plano de Ação de Governo Aberto; Desenvolver instrumentos para revisão periódica do Plano de Ação; Avaliar e propor melhorias na metodologia e mecanismos de monitoramento da execução do Plano de Ação de Governo Aberto.	Em execução	1A1	31/12/2023	RAQUEL APARECIDA	CGU/SIP
							Aprovado no GT	1A2	Maio/2025	RAQUEL APARECIDA	CGU/SIP
2	Monitoramento e avaliação de políticas públicas	Transparência das recomendações das auditorias da CGU	2A	Possibilitar o controle social sobre a implementação de recomendações de auditoria	Painel de Recomendações da SFC	Divulgar em transparência ativa dados sobre as recomendações emitidas pela SFC.	Em execução	2A1	26/04/2024	TIAGO CHAVES OLIVEIRA	CGU/SFC
		Capacitação para o Controle Social	2B	Fortalecer a capacidade de incidência da sociedade civil na fiscalização e decisão sobre o uso de recursos públicos	Conteúdo para o Módulo sobre Avaliação de Políticas Públicas	Disponibilizar insumos para o módulo sobre avaliação em políticas públicas.	Em execução	2B1	31/12/2024	ANJULI TOSTES	CGU/GM
		Concurso Nacional Unificado	2C	Monitoramento do Concurso Nacional por parte dos membros do GT, na capacidade de observadores externos	Relatório de monitoramento do Concurso Público Nacional Unificado	Propiciar, por meio de interações dialógicas dos membros do GT com a equipe executiva do MGI, o oferecimento de observações e reflexões, alertas sobre riscos e oportunidades de melhorias na condução das diversas etapas do CPNU, dada sua relevância como uma política pública estruturante para a Administração Pública.	Em execução	2C1	Set/2024	FRANCISCO BESSA	MGI
		Avaliação de serviços públicos federais	2D	Avaliação de um conjunto pré definido de serviços públicos federais	Publicação ou Relatório de Pesquisa	Compartilhar metodologia e experiência de avaliação de serviços públicos a fim de difundir conhecimento.	Em avaliação no GT	2D1	DEFINIR	RODRIGO LOFRANO	CGU/OGU
3	Fomento à Integridade Privada	Novos temas para as Estratégias de Promoção da Integridade Privada	3A	Identificar, nos temas abordados, matérias com nível de maturidade e desenvolvimento suficientes para serem trabalhadas como subsídio dos produtos que se tornam novas ferramentas de promoção da integridade	Proposta sobre a dimensão Direitos Humanos	Detectar tópicos referentes a Direitos Humanos que possam balizar a criação de novas ferramentas de promoção de integridade.	Em execução	3A1	Mar/2024	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI
				Proposta sobre a dimensão Socioambiental	Detectar tópicos referentes a Responsabilidade Socioambiental que possam balizar a criação de novas ferramentas de promoção de integridade.	Em execução	3A2	Mar/2024	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI	
				Proposta sobre a dimensão corrupção privada	Detectar tópicos referentes a corrupção privada que possam balizar a criação de novas ferramentas de promoção de integridade.	Em execução	3A3	Mar/2024	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI	
		Novas ferramentas de Promoção da Integridade Privada	3B	Desenvolver ferramentas capazes de ampliar o alcance das medidas de promoção da integridade, abrangendo as matérias objeto do tema específico anterior	Propostas de cursos, guias e cartilhas	Organizar cursos, guias e cartilhas, inserindo os novos tópicos trabalhados, a fim de ampliar o alcance das medidas de promoção de integridade.	Aprovado no GT	3B1	Maio/2025	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI
					Proposta de Autodiagnóstico/Triagem	Organizar Autodiagnóstico/Triagem, inserindo os novos tópicos trabalhados, a fim de ampliar o alcance das medidas de promoção de integridade.	Aprovado no GT	3B2	Maio/2025	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI
					Proposta de Novo Prêmio Pro-Ética	Organizar a próxima edição do Pro-Ética, inserindo os novos tópicos trabalhados, a fim de ampliar o alcance das medidas de promoção de integridade.	Aprovado no GT	3B3	Nov/2024	RENATO MACHADO	CGU/SIPRI
4	Acesso à informação e transparência	Agenda federativa	4A	Fomentar a colaboração entre os entes federados na temática de transparência e acesso à informação pública	Relatórios de contribuições sobre o checklist da EBT e a da Autoavaliação	Avaliar e diminuir as disparidades na implementação da LAI entre os entes federados, aumentando a colaboração entre entes e sociedade.	Em execução	4A1	Dez/2024	FERNANDA CALADO	CGU/SNAI
					Relatório com propostas de ações para divulgação do Fala.BR	Desenvolver e divulgar materiais e ferramentas que deem suporte a implementação da LAI por Estados e Municípios	Em execução	4A2	Jun/2024	FERNANDA CALADO	CGU/SNAI
		Agenda Nacional	4B	Fortalecer a capacidade de incidência da sociedade civil na fiscalização e decisão sobre o uso de recursos públicos	Projeto da criação de Rede Nacional de Transparência e acesso à informação	Criação de um projeto que busca facilitar a disseminação de boas práticas, promover a capacitação, e fornecer suporte técnico e estabelecer padrões comuns, contribuindo para uma cultura de transparência em todos os entes da federação.	Em execução	4A3	Dez/2024	FERNANDA CALADO	CGU/SNAI
					Conteúdo para o Módulo sobre Acesso à Informação e Transparência	Disponibilizar insumos para o módulo sobre Acesso à Informação e Transparência na capacitação para o controle social.	Em execução	4B1	31/12/2024	ANJULI TOSTES	CGU/GM
			4C	Aprimorar a política de acesso à informação	Relatórios para aprimoramento do acesso à informação	Mapear oportunidades de melhoria a partir da visão da sociedade civil.	Em avaliação no GT	4C1	Maio/2025	FERNANDA CALADO	CGU/SNAI

4.2 RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho são instituídos por ato do Presidente do Conselho, que especifica os objetivos do grupo; sua composição, cujo número pode ser de no máximo 45 (quarenta e cinco) integrantes, entre os quais estão 2 (dois) coordenadores, sendo um represen-

tante de uma das secretarias finalísticas da CGU e um representante da sociedade civil; e o prazo para conclusão dos trabalhos, que não deverá ser superior a 2 (dois) anos. É vedado o funcionamento de mais de 8 (oito) GTs simultaneamente.

4.2.1 GT1 - Governo Aberto

O Grupo de Trabalho GT1 da sociedade civil é composto por representantes de três entidades da sociedade civil selecionadas pelo grupo de trabalho temporário instituído no âmbito do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA), e seis entidades representantes da sociedade civil que integram o CTICC, e tem por objetivo assessorar a equipe técnica da CGU na condução das atividades de governo aberto, em especial aquelas relacionadas à construção e implementação 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto.

Ao longo de 2023, em função do calendário fixado pela Parceria para Governo Aberto ou OGP (do inglês *Open Government Partnership*), o GT dedicou-se às atividades para a elaboração do 6º Plano de Ação no âmbito da parceria. A OGP é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social, da qual o Brasil é um dos cofundadores. Além das atividades de assessoramento para elaboração do Plano, integrantes do GT também participaram de reuniões com representantes da OGP para apresentação dos procedimentos e esclarecimento de dúvidas.

As reuniões com o GT tiveram início em junho de 2023, quando foi apresentada e validada a metodologia a ser usada na construção do Plano. Optou-se por manter a metodologia (<https://bit.ly/Metodologia6Plano>) usada em processos anteriores, tendo em vista a boa aceitação pelos participantes. O processo de construção do Plano contemplou três fases de trabalho: i) Definição de Temas; ii) Oficinas de Cocriação; e iii) Aprovação do Plano.

Com o intuito de mobilizar maior participação na definição dos temas a serem tratados no Plano Ação, o GT realizou uma Live de Lançamento da Consulta Pública de temas, que contou com a participação do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e dos representantes da sociedade civil, em especial da Open Knowledge Brasil e Grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Na consulta pública, foram indicados 126 temas, que foram compilados em 65 áreas temáticas e disponibilizados novamente para priorização. Durante todo o processo de consulta pública para indicação e priorização dos temas para compor o Plano de Ação, o GT de Governo Aberto atuou ativamente na mobilização e divulgação dos espaços de participação. As atividades para seleção dos temas foram disponibilizadas em transparência no site de Governo Aberto (<https://bit.ly/SiteGovernoAberto>).

A seleção dos 08 temas que compõem o 6º Plano de Ação foi finalizada em agosto e o GT de Governo Aberto atuou na sugestão de organizações para composição das oficinas de cocriação, segunda fase do processo de construção do Plano. Além disso, integrantes do GT de Governo Aberto também contribuíram com a elaboração de um Guia do Participante para representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil e com o desenho de um fio lógico para uma atividade formativa prévia para os convidados a participarem das oficinas de cocriação.

As oficinas de cocriação, realizadas em outubro de 2023, resultaram na pactuação dos

oito compromissos que compõem o Plano e que serão implementados entre janeiro de 2024 e junho de 2027. Foram 16 oficinas, com o envolvimento de 155 pessoas, representando 80 instituições, sendo 47 organizações da sociedade civil e 33 entidades governamentais. Participaram das oficinas as seguintes organizações integrantes do GT: IBRACEM; Instituto OPS; Transparência Internacional; Transparência Brasil; Abong; Fiquem Sabendo.

Após a elaboração colaborativa dos compromissos durante as oficinas de cocriação, a equipe da CGU consolidou os resultados, observando os padrões determinados pela OGP e disponibilizou para validação do GT de Governo Aberto e do CIGA. Somente após a validação pelo CIGA, o documento foi remetido à OGP. Ainda no processo de finalização do 6º Plano de Ação Nacional, integrantes do GT que estavam em Brasília também participaram de reunião com a representante da OGP, Carolina Cornejo, e com os coordenadores de compromisso do 6º Plano de Ação em 07 de dezembro.

O 6º Plano de Ação Nacional (<http://bit.ly/6plano>) conta, pela primeira vez, com compromissos firmados em temáticas como educação digital para pessoas idosas; ações afirmativas raciais; políticas de infraestrutura; e educação popular. O acompanhamento da execução dos compromissos ao longo dos próximos anos será monitorado pela CGU. Ao longo do próximo ano, o GT de Governo Aberto atuará também nesse processo, incluindo a revisão dos procedimentos adotados atualmente.

4.2.2 GT2 - Monitoramento e avaliação de políticas públicas

O GT2 objetiva debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, sobre controle social para acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos públicos; monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos destinados à transparência, à integridade e ao combate à corrupção; e contribuir para o aprimoramento de outras atividades relacionadas à temática de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O tema geral do GT2 – Monitoramento e avaliação de políticas públicas foi subdividido em quatro temas específicos, a saber:

- **Painel de Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)**

O painel tem como objetivo possibilitar o controle social sobre a implementação de recomendações de auditoria, por meio da divulgação em transparência ativa dados sobre as recomendações emitidas pela SFC aos diversos órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas federais. A SFC estruturou o projeto, coletou contribuições dos integrantes do GT e já iniciou, com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação da CGU, o desenvolvimento do painel. A previsão de entrega é para o dia 26/04/2024, com possibilidades de antecipação.

- **Capacitação para o Controle Social**

Este tema visa a fortalecer a capacidade de incidência da sociedade civil na fiscalização e na decisão sobre o uso de recursos públicos. Pretende-se elaborar o conteúdo para o Módulo sobre Avaliação de Políticas Públicas. Durante o ano os membros do GT foram ouvidos e foram estabelecidas as bases para a construção dos conteúdos no ano de 2024.

- **Concurso Público Nacional Unificado (CPNU)**

Este tema visa a propiciar o monitoramento do Concurso Público Nacional Unificado por parte dos membros do GT, na qualidade de observadores externos. Esse acompanhamento se dará por meio de relatório de monitoramento. Durante o ano de 2023 foram realizadas reuniões em que membros do Ministério da Gestão e Inovação propiciaram, por meio de interações dialógicas, o oferecimento de observações e reflexões, alertas sobre riscos e oportunidades de melhorias na condução das diversas etapas concurso. Em 2024, as interações seguirão até a conclusão da seleção.

- **Avaliação de serviços públicos federais.**

No final do ano de 2023, foi aprovada a adição do tema que visa a avaliação de um conjunto pré-definido de serviços públicos federais. O produto do tema será uma publicação ou relatório de pesquisa que indique uma metodologia e experiência de avaliação de serviços públicos a fim de difundir conhecimento. Os trabalhos serão iniciados no início de 2024.

4.2.3 GT3 - Fomento à Integridade Privada

O GT3 foi constituído para discutir a política de fomento da integridade privada de forma ampla, com intuito de pensar essas ações de fomento a partir de uma perspectiva propositiva e abrangente, incluindo diversas ferramentas, entre as quais se destaca o programa "Empresa Pró-Ética".

O tema geral foi subdividido em dois temas específicos, a serem trabalhados de forma consecutiva. Na primeira fase, o GT3 cuidou de novos tópicos para as estratégias de promoção da integridade privada. Optou-se por concentrar os trabalhos nas áreas de direitos humanos, socioambiental e de corrupção privada. Dentro delas, o objetivo foi identificar matérias com nível de maturidade e desenvolvimento suficientes para serem trabalhadas como subsídio de produtos subsequentes.

Em momento posterior, o GT3 lidará com novas ferramentas de promoção da integridade privada, propondo-se a desenvolver instrumentos capazes de ampliar o alcance das medidas de promoção da integridade, as quais irão abranger as matérias identificadas no tema específico anterior. Tais ferramentas serão o produto final dessa segunda etapa, consistindo na organização de (I) cursos, guias e cartilhas, (II) de autodiagnóstico/trilha, e (III) da próxima edição do Pró-Ética, com inserção dos novos tópicos apontados.

A primeira reunião do GT3 ocorreu em 11 de agosto de 2023. Na oportunidade, foram discutidas as diversas políticas que podem ser adotadas na atuação da promoção da integridade privada, quais sejam: ações de fomento, responsabilização por atos lesivos e meios alternativos de responsabilização.

Em 24 de agosto de 2023, realizou-se a segunda reunião do grupo, na qual, a fim de otimizar o desenvolvimento das atividades, decidiu-se pela criação de subgrupos focados em cada uma daquelas áreas pré-escolhidas: de direitos humanos, socioambiental e de corrupção privada. Neste encontro, a participante Chantal Castro, do Pacto Global, apresentou a iniciativa "Movimento Transparência 100%", do Pacto Global, que trabalha com metas para que as empresas consigam cumprir requisitos de transparência até o ano de 2030.

Iniciando o ciclo de reuniões dos subgrupos, em 30 de agosto de 2023 ocorreu o primeiro encontro do Subgrupo Meio Ambiente, quando foi debatida a viabilidade da construção de um guia, manual ou cartilha relacionada à temática, bem como o que poderia ser cobrado das empresas na prática. A participante Anjuli Tostes, da CGU, discorreu sobre a atividade de participação do CTICC nos Diálogos Amazônicos, explicitando os três eixos nos quais foram construídos.

Por sua vez, a primeira reunião do Subgrupo Direitos Humanos aconteceu em 04 de setembro de 2023. O coordenador do GT3, Renato Machado de Souza, da CGU, apresentou algumas das ações desenvolvidas pela Secretaria de Integridade Privada: a) Prêmio Pró-Ética, com destaque para a importância do formulário de perguntas e respostas; b) guias e manuais de referência, como o manual lançado em 2015, Programa de Integridade - Diretrizes para Empresas Privadas, documento geral para engajamento e ensinamento direcionado às empresas; e c) parceria entre CGU e o Sebrae, que prevê a veiculação de cartilhas e vídeos a micro e pequenas empresas. Em seguida, outros participantes fizeram exposições sobre o tema do Subgrupo: Scarlett Rodrigues Cunha, do Instituto Ethos, abordou as principais perspectivas de direitos humanos nas empresas, com destaque para a promoção do trabalho decente; Luiz Gustavo Lo-Buono, do MDHC, fez uma análise sobre os eixos centrais de atuação daquela pasta, quais sejam, o autorregulatório e o de políticas públicas; Francine Moor, da Abrig, tratou de política de barreiras de gênero em estágio inicial.

De toda a discussão, os participantes puderam definir como matérias capazes de serem trabalhadas nas ferramentas de ampliação do escopo da promoção de integridade privada aquelas relacionadas a assédio, discriminação e barreiras de gênero.

Em 12 de setembro de 2023, aconteceu a terceira reunião do GT3, quando foi feito o alinhamento dos subgrupos e discutidas as dificuldades encontradas. Os participantes concluíram que o Pró-Ética deve ser tratado como prioridade e que os subgrupos devem buscar especialistas para debater os assuntos específicos.

O Subgrupo Meio Ambiente reuniu-se pela segunda vez em 28 de setembro de 2023, ocasião na qual as participantes Marcela Greggo e Marina Esteves Vergueiro de Almeida, do Instituto Ethos, apresentaram os indicadores e formulários da instituição. A participante Gabriela de Oliveira Junqueira, da USP, apresentou pesquisa de Divulgação e Informações ESG, bem como a evolução do tema durante os anos.

Em 04 de outubro de 2023, o Subgrupo Direitos Humanos reuniu-se pela segunda vez, quando então as participantes Marcela Greggo e Scarlett Rodrigues Cunha, do Instituto Ethos, fizeram uma exposição do overview da instituição, abrangendo as políticas trabalhadas junto às empresas e indicadores (direitos humanos; relações de trabalho; saúde, segurança e qualidade de vida; e relacionamento com a cadeia de valor), bem como apresentaram os manuais que utilizam.

Quanto ao Subgrupo Corrupção Privada, a primeira reunião ocorreu em 11 de outubro de 2023, tendo como destaque a apresentação do convidado Adriano Teixeira Guimarães, da FGV-SP, sobre corrupção privada, abarcando história, panorama atual, diferença quanto à corrupção pública e modelos de criminalização.

4.2.4 GT4 - Acesso à Informação e Transparência

O GT4 objetiva debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, sobre transparência e acesso à informação pública; monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos destinados à transparência, à integridade e ao combate à corrupção; e contribuir para o aprimoramento de outras atividades relacionadas à temática de Acesso à Informação e Transparência.

O GT é composto por 23 membros representantes da sociedade civil e 5 membros representantes do governo, que integram o CTICC. Ao longo de 2023, o GT4 se voltou para a formulação e definição de ações voltadas para 3 temas específicos: a) Agenda federativa, que tem por objetivo fomentar a colaboração entre os entes federados na temática de transparência e acesso à informação pública; b) Capacitação para o controle social, que tem por objetivo fortalecer a capacidade de incidência da sociedade civil na fiscalização e decisão sobre o uso de recursos públicos; e c) Agenda Nacional, que tem por objetivo aprimorar a política de acesso à informação.

As reuniões com o GT tiveram início em agosto de 2023, quando foram apresentadas as equipes da Secretaria Nacional de Acesso à Informação e a Secretaria de Integridade Pública, responsáveis pela transparência passiva e ativa, respectivamente. Além disso, foi apresentada a metodologia de trabalho para as reuniões.

No âmbito das reuniões, ficou claro o alinhamento dos membros do GT4, quanto à importância de se concretizar ações voltadas à ampliação da capacidade de Estados e Municípios em responder ativamente aos ditames da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Uma das missões da CGU é aprimorar continuamente a Política de Acesso à Informação no Executivo Federal, por meio do alcance de altos índices de cumprimento à Lei e do aumento do grau de satisfação dos cidadãos. Ao longo dos quase 12 anos de LAI (maio/2012 a dez/2023), o Executivo Federal tem registro de mais de 1,33 milhões de pedidos de acesso à informação, com percentual de atendimento de 99,9% (Fonte Painel da LAI – Dados consultados em 11/01/2024).

Neste sentido, percebe-se o Poder Executivo Federal como ator relevante e experiente para o papel de agente fomentador da ampliação em prol do direito de acesso à informação no país, em parceria com a sociedade civil. Sabe-se que diversos entes da federação, em especial municípios, ainda não avançaram no tema, de modo que o apoio, a promoção e o incentivo, por parte do governo federal, tendem a ser um diferencial.

Para que o direito de acesso à informação e transparência seja ampliado, dentre outras ações, exige-se avaliar as leis e regulamentos existentes sobre o direito de acesso à informação, capacitar os profissionais do setor público que atuam na temática e investir em infraestrutura tecnológica. Além disso, requer que esforços sejam empreendidos para conscientizar a sociedade sobre o direito de acesso à informação e incentivar a sua participação na formulação e monitoramento das políticas públicas relacionadas ao acesso à informação.

Assim, foram estabelecidos 3 produtos a serem entregues no exercício de 2024, no âmbito do tema agenda federativa. O primeiro produto é a realização da avaliação Escala Brasil Transparente (EBT) e da Autoavaliação de Transparência para entes e municípios. Tal avaliação, já aplicada no passado, visa a identificar e diminuir as disparidades na im-

plementação da LAI entre os entes federados, aumentando a colaboração entre entes e sociedade. A estrutura inicial EBT e a Autoavaliação passaram pela avaliação dos membros do GT4, com fim de colher sugestões de melhorias dos checklists aplicados nas avaliações. Tal estrutura encontra-se pronta para aplicação em 2024, com entrega dos resultados em dezembro/2024.

O segundo produto pensado pelo GT4 visa a apresentar relatório com propostas de ações para divulgação do Fala.BR, sistema criado pela CGU e utilizado no Executivo Federal, para tratar as demandas de pedido de acesso à informação e manifestações de ouvidoria. Em 2023, foram promovidas melhorias no processo de adesão de órgãos e entidades não pertencentes ao Executivo Federal para o uso do Fala.BR.

Por meio da adesão ao sistema, entes estaduais e municipais podem usar a plataforma como sua ferramenta de recebimento de pedidos de informação, obtendo ganhos com a capacidade da CGU na gestão do sistema e com a economia de recursos na criação e implantação de sistemas próprios. Com isso, cabe ao GT4 apresentar propostas e realizar ações de divulgação do sistema para entes estaduais e municipais.

O terceiro produto definido para o tema da Agenda Federativa é a criação da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação. Sua criação, alinhada com o intuito de fomento, por parte do governo federal em forte parceria com a sociedade civil, busca facilitar a disseminação de boas práticas, promover a capacitação, e fornecer suporte técnico e estabelecer padrões comuns, contribuindo para uma cultura de transparência em todos os entes da federação.

Tal produto se mostra como o grande desafio do GT4 e da própria Secretaria Nacional de Acesso à Informação (coordenadora do GT), pois, direta e indiretamente, comporta e conjuga todas as demais ações e produtos pensados no grupo e o alinhamento com os projetos estabelecidos pela SNAI, de modo que demandará dos atores envolvidos esforços em suas capacidades de articulação, colaboração e inovação.

O tema Capacitação para o Controle Social tem como produto a criação de conteúdo específico sobre Acesso à Informação e Transparência em curso voltado ao controle social. Tal produto permitirá a disponibilização de insumos por parte da sociedade civil, visando a elaboração de material com linguagem simples e aproximada do cidadão.

Para o tema da Agenda Nacional, encerrou-se o exercício com a necessidade de avaliação, quanto ao respectivo produto. Nas tratativas de 2023, o grupo avaliou a possibilidade de ter como produto a entrega de relatório de aprimoramento do acesso à informação, por meio do mapeamento de oportunidades de melhorias a partir da visão da sociedade civil. Para 2024, a definição do produto será um dos primeiros assuntos a ser tratado nas reuniões do GT4.

5.1 PPA PARTICIPATIVO - PROGRAMA DA CGU NO PPA 2024-2027

No dia 07 de junho de 2023 os membros do CTICC participaram de reunião, via Teams, para debater sobre objetivos e entregas do programa da CGU no Plano Plurianual – PPA Participativo 2024-2027, definindo objetivo geral e objetivos específicos. Na ocasião foi apresentada a página do Brasil Participativo, e os membros presentes foram orientados sobre como acessar, escolher programas e fazer propostas ao governo.

Foram apresentadas contribuições dos seguintes membros do CTICC: Athayde Motta (Abong), Paula Schommer (Grupo de Pesquisa Politeia – UDESC), Raquel Pimenta (FGV – Direito), Priscila Dias (IBPT), Valéria Café (IBGC), Sérgio Andrade (Agenda Pública), Suylan Midlej (UnB) e Renato Morgado (Transparência Internacional Brasil).

A CGU está elaborando a devolutiva das propostas realizadas pela sociedade civil no âmbito do seu programa no PPA. A devolutiva terá a forma de Painel Interativo, que será publicado na página institucional da CGU.

5.2 II E III FÓRUM INTERCONSELHOS

Nos dias 10/11 de julho e 29/30 de agosto foram realizados em Brasília o II e III Fórum Interconselhos, os dois eventos contaram com a participação de representantes do CTICC, escolhidos por sorteio e respeitando o critério de paridade de gênero. Na edição de julho participaram Sérgio Andrade (Agenda Pública), Caio Magri (Instituto Ethos), Juliana Sakai (Transparência Brasil), Suylan Midlej (UnB), José Moroni (Inesc), Guacira César (CFEMEA) e Anjuli Tostes (CGU). Na edição de agosto participaram Jefferson Nascimento (Oxfam), Cristina Lopes (CEDRA), José Antônio Moroni (INESC), Anjuli Tostes (CGU) e Roberta Holder (CGU).

O objetivo do Fórum foi reunir representantes dos diversos conselhos nacionais e entidades representativas da sociedade civil para colaborarem na elaboração e no monitoramento da execução dos Planos Plurianuais (PPA).

5.3 DIÁLOGOS AMAZÔNICOS

No dia 5 de agosto representantes da sociedade civil no CTICC participaram dos Diálogos Amazônicos, em Belém (PA), realizando a atividade auto-organizada intitulada “Roda de Conversa sobre Acesso à Informação e Participação Pública em Matéria Socioambiental”. A atividade foi coordenada por Fernanda Campagnucci (Open Knowledge Brasil), Maria Dominguez (Transparência Internacional), com participação de Anjuli Tostes (CGU), e trata-se de uma iniciativa proposta no âmbito do GT4 – Acesso à Informação e Transparência, em parceria com as organizações Open Knowledge Brasil, Transparência Internacional Brasil, Artigo 19, Pacto Global – Rede Brasil, Fiquem Sabendo, Instituto Ethos, Grupo de Pesquisa Politeia – UDESC, IBGC, CEDRA, IBPT e Abrig.

O objetivo foi levantar desafios e trocar experiências e práticas nos temas de acesso à in-

formação e participação pública em matéria socioambiental, levando em conta a articulação existente para a ratificação do acordo de Escazú no Brasil e seu caráter regional na América Latina e Caribe. Na ocasião foram discutidos assuntos como abertura de dados sobre crimes ambientais e colaboração entre governos e sociedade civil. Ao final do encontro foi encaminhada a relatoria que serviu de subsídio para as declarações entregues aos chefes de Estado reunidos na Cúpula da Amazônia.

Foi elaborado relatório da atividade, que foi entregue, em conjunto com os documentos resultantes do encontro, aos chefes de Estado dos países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), que definiram prioridades a serem levadas a outros fóruns, como a Assembleia-Geral da ONU e a COP-28. O relatório da atividade do CTICC também foi encaminhado pela Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade a todos os Secretários da CGU, para incorporação na forma de projetos no âmbito de cada secretaria.

5.4 6º PLANO DE AÇÃO DA OGP

Em 12 de julho foi aberta consulta pública para indicação de temas a serem tratados no 6º Plano de Ação da OGP, por meio da plataforma Participa + Brasil. Todos os compromissos firmados obtiveram a validação do GT da Sociedade Civil e do CIGA e, posteriormente, foram encaminhados aos órgãos de governo envolvidos para conhecimento e manifestação. O resultado também foi disponibilizado no site de governo aberto para possíveis manifestações da sociedade. O 6º Plano de Ação 2024/2027 foi publicado em dezembro.

5.5 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Nos dias 5 e 6 de dezembro ocorreu a Conferência Internacional de Integridade Pública, em Brasília, evento promovido pela Secretaria de Integridade Pública da CGU, idealizado para debater o avanço da política de integridade em entidades públicas e privadas, o fortalecimento das instituições e do Estado e uma governança mais democrática.

Os membros do CTICC foram convidados a participar do evento, dentre os quais os seguintes participaram como palestrantes: Raquel de Mattos Pimenta (FGV – Direito), no painel sobre Integridade e Enfrentamento da Corrupção: Perspectivas Contemporâneas; e Felipe Saboya (Instituto Ethos) no painel sobre Integridade por Inteiro: Conectando a Agenda Anticorrupção à Agenda de Direitos.

5.6 DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

No dia 7 de dezembro os membros do CTICC participaram do evento comemorativo ao Dia Internacional contra a Corrupção, em Brasília. O encontro contou com painel sobre estratégias para redução da impunidade no combate à corrupção, além de assinatura de portarias conjuntas entre órgãos para repressão a crimes (CGU, PGF, MJSP e PF).

Paula Schommer (Grupo de Pesquisa Politeia – UDESC), representante da sociedade civil no CTICC, falou sobre atual composição do Conselho, sobretudo a inclusão do termo

integridade em seu escopo. Enfatizou a importância da participação cidadã e do diálogo entre governo e cidadania a fim de promover uma relação de confiança, e, por fim, mencionou a iminente entrega do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, que tem entre seus compromissos o combate à corrupção.

Augusto de Arruda Botelho (MJSP), representante do governo no CTICC, participou do painel na condição de Secretário Nacional de Justiça, e falou sobre o sistema de justiça criminal brasileiro, trazendo uma crítica à intempestividade na conclusão de processos criminais, que muitas vezes gera sensação de impunidade. Citou a importância de haver formas alternativas de solução de conflitos de várias áreas, e pontuou que cabe a todos, ligados ou não a essa pauta, fazer propostas para que o trabalho feito pela CGU, PF e MPF tenha um final rápido e justo, respeitando os direitos e garantias fundamentais, e presunção de inocência, sem tirar nenhuma garantia constitucional, para que se alcance a eficiência.

O Ministro da CGU e Presidente do CTICC, Vinícius de Carvalho, mencionou o trabalho intenso do Conselho em 2023. Informou que as agendas de atuação do Ministério se tornaram mais integradas com o intuito de obter maior eficácia no combate à corrupção. Neste contexto, mencionou ações que estão sendo articuladas com medidas preventivas e repressivas voltadas para promoção de integridade e redução dos espaços de corrupção, divididas em 4 eixos:

1. Redução de arbitrariedades, de modo que agentes públicos e privados não tenham espaço para abuso de poder e obtenção de vantagens;
2. Lançamento do Pacto Brasil pela Integridade, do Programa Nacional de Integridade Privada e reformulação do Selo Pro-Ética;
3. Aprimoramento de canais de diálogo e controle social e da transparência, citando como exemplo a parceria com a Receita Federal para divulgação de dados de renúncias fiscais;
4. Aprimoramento de investigações e sanções, e articulação entre órgãos que atuam no combate à corrupção, com ênfase na assinatura da portaria conjunta que cria o Grupo Integrado CGU-PF de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Desvio de Recursos Públicos no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponibilização do sistema ALICE para Estados e Municípios dando destinação aos dados que não são de competência federal.

O Ministro finalizou dizendo que a partir dos esforços com ações coordenadas e inteligentes e capazes de abordar as complexas faces do fenômeno da corrupção, a CGU seguirá ajudando a construir um estado e sociedade cada vez mais íntegros, pois integridade, democracia e justiça social sempre andarão de mãos dadas.

6

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Instituído pelo Decreto nº 11.258/2023, o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) é um órgão consultivo vinculado à Controladoria-Geral da União. O CTICC é composto por 41 membros, sendo 11 representantes do governo e 30 representantes da sociedade civil.

Os membros do Conselho que representam a sociedade civil são indicados e designados pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União para mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período, dentre representantes de organizações e entidades da sociedade civil e de movimentos sociais e cidadãos e cidadãos brasileiros com maioria civil, comprovada idoneidade e reconhecida experiência nos temas relacionados com as competências do Conselho.

6.1 MEMBROS DO CTICC

6.1.1 Titulares – representantes do governo



Nome	Vinícius Marques de Carvalho
Entidade	Controladoria-Geral da União
Cargo	Ministro (Presidente do CTICC)



Nome	Dany Andrey Secco
Entidade	Ministério da Fazenda
Cargo	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno



Nome	Diogo Luiz da Silva
Órgão	Advocacia-Geral da União
Cargo	Secretário de Controle Interno



Nome	Francisco Eduardo de Holanda Bessa
Entidade	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Cargo	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno



Nome	João Gabriel Miranda Alves Pereira
Entidade	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Cargo	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno



Nome	Manoel Caetano Ferreira Filho
Entidade	Comissão de Ética Pública da Presidência da República
Cargo	Conselheiro e Presidente

	Nome	Maricy Valleta
	Órgão	Casa Civil
	Cargo	Subsecretária de Governança Pública
	Nome	Patricia Alvares de Azevedo Oliveira
	Entidade	Ministério do Planejamento e Orçamento
	Cargo	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno
	Nome	Sérgio Nogueira Seabra
	Entidade	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
	Cargo	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno
	Nome	Usiel Rios
	Entidade	Secretaria-Geral da Presidência da República
	Cargo	Coordenador-Geral
	Nome	Jean Keiji Uema
	Entidade	Ministério da Justiça e Segurança Pública
	Cargo	Secretário Nacional de Justiça

6.1.2 Titulares – representantes da sociedade civil

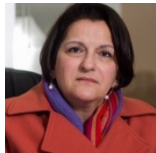
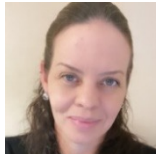
	Nome	Bruno Andrade Brandão
	Entidade	Transparência Internacional Brasil
	Cargo	Diretor
	Nome	Bruno Schimitt Morassutti
	Entidade	Fiquem Sabendo
	Cargo	Coordenador de Advocacy
	Nome	Caio Luiz Carneiro Magri
	Entidade	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
	Cargo	Diretor-Presidente
	Nome	Camila Lissa Asano
	Entidade	Conectas Direitos Humanos
	Cargo	Diretora Executiva
	Nome	Carlo Linkevicius Pereira
	Entidade	Pacto Global – Rede Brasil
	Cargo	CEO

	Nome Entidade Cargo	Carolina Amaral Venuto Abrig - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais Presidente
	Nome Entidade Cargo	Cristina Lopes da Silva CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais Diretora Executiva
	Nome Entidade Cargo	Décio Nery de Lima SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Diretor Presidente
	Nome Entidade Cargo	Edmar Camata CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno Presidente
	Nome Entidade Cargo	Elaine Niehues Faustino Unacon Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle Diretora de Filiados
	Nome Entidade Cargo	Haydée Svab Open Knowledge Brasil Diretora Executiva
	Nome Entidade Cargo	Fernando Luiz Abrucio FGV - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Políticas Públicas e Governo Professor e Pesquisador
	Nome Entidade Cargo	Gilberto Luiz do Amaral IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação Presidente do Conselho Superior e Coordenador de Estudos
	Nome Entidade Cargo	Guacira Cesar de Oliveira CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria Presidente
	Nome Entidade Cargo	Hávila da Nobrega Oliveira CNI - Confederação Nacional de Indústria Gerente Executivo
	Nome Entidade Cargo	Maitê Fernandez Gauto Oxfam Brasil Gerente de Programas, Incidência & Campanhas

	Nome Entidade Cargo	José Antônio Moroni INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos Coordenador
	Nome Entidade Cargo	Juliana Mari Sakai Transparência Brasil Diretora Executiva
	Nome Entidade Cargo	Juliane Cintra de Oliveira Abong – Associação Brasileira de ONGs Diretora Executiva
	Nome Entidade Cargo	Katia Cilene Brembatti Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Presidente
	Nome Entidade Cargo	Kelly Oliveira de Araújo OAB - Ordem dos Advogados do Brasil Representante
	Nome Entidade Cargo	Leonardo Avritzer UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais Professor e Pesquisador
	Nome Entidade Cargo	Paula Chies Schommer UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina Líder
	Nome Entidade Cargo	Paulo José Lara Artigo 19 Co-Diretor Executivo
	Nome Entidade Cargo	Raquel de Mattos Pimenta FGV - Fundação Getúlio Vargas - Direito Professora e Pesquisadora
	Nome Entidade Cargo	Reinaldo da Silva Bulgarelli Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+ Secretário-Executivo
	Nome Entidade Cargo	Sergio Rodrigo Andrade Agenda Pública Diretor Executivo

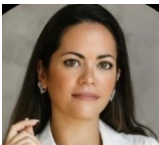
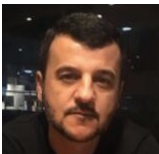
	Nome	Sheila Cristina Neder Cerezetti
	Entidade	USP - Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito
	Cargo	Professora Doutora do Depto. de Direito Comercial
	Nome	Suylan de Almeida Midlej e Silva
	Entidade	UNB
	Cargo	Professora e Pesquisadora
	Nome	Valéria Mandia Café
	Entidade	IBGC - Instituto Brasileiro Governança Corporativa
	Cargo	Diretora de Vocalização e Influência

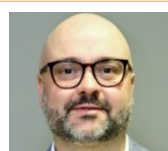
6.1.3 Suplentes - representantes do governo

	Nome	Ana Carolina Quintanilha dos Santos Noriato
	Entidade	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
	Cargo	Ouvidora
	Nome	Kenarik Boujikian
	Entidade	Comissão de Ética Pública da Presidência da República
	Cargo	Conselheira
	Nome	Carolina Palhares Lima
	Entidade	Ministério do Planejamento e Orçamento
	Cargo	Ouvidora
	Nome	Carolina Yumi de Souza
	Entidade	Ministério da Justiça e Segurança Pública
	Cargo	Secretária de Controle Interno - Substituta
	Nome	Débora de Moura Pires Vieira
	Entidade	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
	Cargo	Coordenadora de Controle Interno e Integridade
	Nome	Érica Mayumi Yamada Tajima
	Órgão	Casa Civil
	Cargo	Subsecretária de Governança Pública
	Nome	Erica Nathair Santos Ferraz
	Entidade	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
	Cargo	Coordenadora de Controle Interno

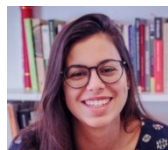
	Nome	Fernanda Cimbra Santiago
	Entidade	Ministério da Fazenda
	Cargo	Assessora Especial
	Nome	Leandro da Motta Oliveira
	Órgão	Advocacia-Geral da União
	Cargo	Secretário de Controle Interno - Substituto
	Nome	Márcio André de Gois Avelino
	Entidade	Secretaria-Geral da Presidência da República
	Cargo	Assessor

6.1.4 Suplentes – representantes da sociedade civil

	Nome	Carmela Morena Zigoni Pereira
	Entidade	INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
	Cargo	Assessora Política
	Nome	Cesar Carlos Wanderley Galiza
	Entidade	CNI - Confederação Nacional de Indústria
	Cargo	Gerente de Articulação e Controle
	Nome	Chantal Castro
	Entidade	Pacto Global – Rede Brasil
	Cargo	Gerente Anticorrupção
	Nome	Cristiano Lisboa Yazbek
	Entidade	IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
	Cargo	Diretor
	Nome	Danielle Christina Bello de Carvalho
	Entidade	Open Knowledge Brasil
	Cargo	Coordenadora de Advocacy e Pesquisa
	Nome	Eduardo José Grin
	Entidade	Agenda Pública
	Cargo	Conselheiro (Estatutário)
	Nome	Fabiano Maury Raupp
	Entidade	UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
	Cargo	Professor



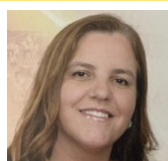
Nome Felipe Saboya Braga
Entidade Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Cargo Diretor-Adjunto



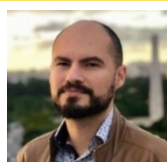
Nome Gabriela de Oliveira Junqueira
Entidade USP - Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito
Cargo Pesquisadora



Nome Gabriel Nogueira Portella Nunes Pinto Bravo
Entidade SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Cargo Gerente da Unidade de Controladoria e Compliance



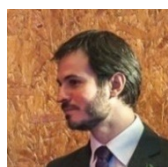
Nome Graziela Dias Teixeira
Entidade UNB
Cargo Professora



Nome Henrique Botelho Frota
Entidade Abong – Associação Brasileira de ONGs
Cargo Diretor Executivo



Nome Jean Carlo de Castro
Entidade Abrig - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais
Cargo Vice-presidente



Nome André Galego Boselli
Entidade Artigo 19
Cargo Coordenador do Programa de Ecossistemas de TIC

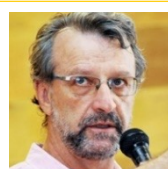
Nome Luiza Nogueira Papy
Entidade FGV - Fundação Getúlio Vargas - Direito
Cargo Doutoranda em Direito e Desenvolvimento



Nome Viviana Santiago
Entidade Oxfam Brasil
Cargo Diretora Executiva



Nome Gabi Coelho
Entidade Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
Cargo Diretora



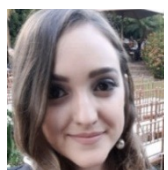
Nome Marcelo Henrique Romano Tragtenberg
Entidade CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais
Cargo Diretor



Nome Maria Vitória Ramos
Entidade Fiquem Sabendo
Cargo Diretora-Executiva



Nome Marina Iemini Atoji
Entidade Transparência Brasil
Cargo Diretora de Programas



Nome Marina Rongo Barbosa
Entidade Conectas Direitos Humanos
Cargo Assessora do Programa de Fortalecimento do Espaço Democrático



Nome Marjorie Correa Marona
Entidade UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Cargo Docente



Nome Renan Perondi
Entidade IBGC - Instituto Brasileiro Governança Corporativa
Cargo Coordenador de Rel. Institucionais e Governamentais



Nome Renato Pellegrini Morgado
Entidade Transparência Internacional Brasil
Cargo Gerente de Programas



Nome Roberta Guerra Holder Belfor Campos
Entidade Unacon Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle
Cargo Delegada Sindical do DF de Controle Interno



Nome Ulisses Rabaneda dos Santos
Entidade OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
Cargo Conselheiro Federal

6.1.6 Convidados dos Grupos de Trabalho Temáticos

6.1.6.1 Integrantes do GT1

- Alex Henrique da Silva - Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM);
- Bruno Schimitt Morassutti - Associação Fiquem Sabendo;
- Cristiano Pátaro Pavini - Transparência Brasil;
- Danielle Christina Bello de Carvalho - Open Knowledge Brasil;
- Danilo Gregório Nakano Dos Santos - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Juliana Torres Loriani - Instituto Observatório Político e Socioambiental;
- Juliane Cintra De Oliveira - Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG);
- Julio Cesar Mesquita Botelho - Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM);
- Lúcio Duarte Batista - Instituto Observatório Político e Socioambiental;
- Maria Dominguez Costa Pinho - Transparência Internacional;
- Maria Florencia Guerzovich - Grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Maria Vitória Ramos - Associação Fiquem Sabendo;
- Marina Iemini Atoji - Transparência Brasil;
- Milena Coimbra de Carvalho - Open Knowledge Brasil;
- Paula Chies Schommer - Grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Renan Albino Perondi - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Renato Pelegrini Morgado - Transparência Internacional.

6.1.6.2 Integrantes do GT2

- Bruno Schimitt Morassutti - Associação Fiquem Sabendo;
- Carolina Amaral Venuto - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Cristina Lopes da Silva - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA);
- Dany Andrey Secco - Ministério da Fazenda;
- Diana Coelho de Lima - Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Edmar Camata - Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI);
- Elaine Niehues Faustino - Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical);
- Erika Nathair Santos Ferraz - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Francisco Eduardo de Holanda Bessa - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI);

- Guacira Cesar de Oliveira - Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFE-MEA);
- Hamilton Caputo – TCU;
- Hávila da Nobrega Oliveira - Confederação Nacional de Indústria (CNI);
- Jefferson Rodrigo do Nascimento - Oxfam Brasil;
- João Gabriel Miranda Alves Pereira - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- José Antônio Moroni - Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);
- Julia Rocha - Artigo 19;
- Marcelo Henrique Romano Tragtenberg - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA);
- Mariângela Ribeiro de Almeida - Confederação Nacional de Indústria (CNI);
- Pablo Silva Cesário - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira - Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Rafael Piva Neves - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Sergio Rodrigo Andrade - Agenda Pública.

6.1.6.3 Integrantes do GT3

- Anna Heloísa Santiago Silva - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Brenda Franco - Pacto Global - Rede Brasil;
- Caio Luiz Caneiro Magri - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Camila Lissa Asano - Conectas Direitos Humanos;
- Carolina Amaral Venuto - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Chantal Castro - Pacto Global – Rede Brasil;
- Dilson Gonzaga Pereira Neto - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Elvio Daniel de Souza – SEBRAE;
- Erika Nathair Santos Ferraz - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Fernando Damasceno - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Gabriel Bravo - SEBRAE;
- Gabriela de Oliveira Junqueira - Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito (USP);
- Gilberto Luiz do Amaral - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);
- Hávila de Nobrega Oliveira - Confederação Nacional de Indústria (CNI);
- João Gabriel Miranda Alves Pereira - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

- Júlia Rocha - Artigo 19;
- Kelly Oliveira de Araújo - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Luiz Gustavo Lo-Buono Moreira de Souza Lima - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Marcela Greggo - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Marilza Benevides - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Pablo Silva Cesário - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Priscila Dias - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);
- Rafael Sgoda Tomazeti - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);
- Raquel de Mattos Pimenta - Fundação Getúlio Vargas – Faculdade de Direito (FGV);
- Reinaldo da Silva Bulgarelli - Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+;
- Sérgio Nogueira Seabra - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Sheila Cristina Neder Cerezetti - Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito (USP);
- Temístocles Lisandro Sena Loiola - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

6.1.6.4 Integrantes do GT4

- Ana Carolina Quintanilha dos Santos Noriato - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos;
- Bruno Schmitt Morassutti - Fiquem Sabendo;
- Caio Luiz Carneiro Magri - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Carolina Amaral Venuto - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Cristiano Lisboa Yazbek - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);
- Cristiano Pátaro Pavini - Transparência Brasil;
- Edilaine dos Santos e Souza - Open Knowledge Brasil;
- Edmar Camata - Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI);
- Elaine Niehues Faustino - Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical);
- Erika Nathair Santos Ferraz - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Fabiano Maury Raupp - Grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Felipe Saboya Braga - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Gilberto Luiz do Amaral - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);

- Graziela Dias Teixeira - Universidade de Brasília (UnB);
- Gustavo de Lima Cezario - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Haydée Svab - Open Knowledge Brasil;
- João Gabriel Miranda Alves Pereira – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Karoline Lima dos Santos Pereira - Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Katia Cilene Brembatti - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji);
- Luiz Fernando Toledo - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji);
- Manoel Caetano Ferreira Filho – Comissão de Ética Pública da Presidência da República;
- Manuella Caputto - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji);
- Marcela Greggo - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Maricy Valleta - Casa Civil;
- Marina Iemini Atoji - Transparência Brasil;
- Paula Chies Schommer - Grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Priscila Dias - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT);
- Rafael Fernandes de Magalhães - SEBRAE;
- Sérgio Rodrigo Andrade – Agenda Pública;
- Suylan de Almeida Midlej e Silva - Universidade de Brasília (UnB).

6.2 ALTERAÇÕES

Houve alteração dos seguintes membros do CTICC ao longo de 2023 e até a publicação deste relatório em 2024:

- **Denise Dourado Dora – membra titular da Artigo 19:** substituída por Paulo José Lara, conforme Portaria nº 3.126, de 14 de setembro de 2023;
- **Fernanda Cimbra Santiago – membra titular do Ministério da Fazenda:** substituída por Dany Andrey Secco, e permanecendo como membra suplente, conforme Portaria nº 3.800, de 20 de novembro de 2023;
- **Athayde Motta – membro titular da Abong:** substituído por Juliane Cintra de Oliveira, conforme Portaria nº 3.800, de 20 de novembro de 2023;
- **Johaness Eck – convidado permanente do CNJ:** substituído por Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues, conforme Portaria nº 290, de 27 de outubro de 2023.
- **Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda – membro titular do CONA-CI:** substituído por Edmar Camata, conforme Portaria nº 78, de 5 de janeiro de 2024;

- **Fernanda Campagnucci Pereira – membra titular da Open Knowledge Brasil:** substituída por Haydée Svab, conforme Portaria nº 499, de 16 de fevereiro de 2024;
- **Edson Leonardo Dalescio Sá Teles – membro titular da Comissão de Ética Pública da Presidência da República:** substituído por Manoel Caetano Ferreira Filho; conforme Portaria nº 499, de 16 de fevereiro de 2024;
- **Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega – membro suplente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República:** substituído por Kenarik Boujikian, conforme Portaria nº 499, de 16 de fevereiro de 2024;
- **Jefferson Nascimento – membro titular da Oxfam Brasil:** substituído por Maitê Fernandez Gauto, conforme Portaria nº 792, de 19 março de 2024;
- **Augusto de Arruda Botelho – membro titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública:** substituído por Jean Keiji Uema, conforme Portaria nº 972, de 9 de abril de 2024;
- **Maitê Fernandez Gauto – membra suplente da Oxfam Brasil:** substituída por Viviana Santiago, conforme Portaria nº 1.171, de 24 de abril de 2024;
- **Júlia Rocha – membra suplente da Abraji:** substituída por Gabi Coelho, conforme Portaria nº 1.495, de 28 de maio de 2024;
- **Manuela Caputo – membra suplente da Artigo 19:** substituída por André Galego Boselli, conforme Portaria nº 1.495, de 28 de maio de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Portaria n° 290, de 27 de outubro de 2023**. Disponível em < <https://atos.cnj.jus.br/files/original134904202311036544fa50d8f94.pdf>>. Acesso em: 31/01/2024.

BRASIL. Ato n° 1, de 12 de julho de 2023. Institui o Grupo de Trabalho - GT da sociedade civil para estudo, discussão, construção de propostas e implementação de ações com a finalidade de assessorar a equipe da Controladoria-Geral da União na condução das atividades, em especial, quanto à elaboração e implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 61-62, 18 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n° 9.468, de 13 de agosto de 2018. Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 10, 14 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n° 11.528, de 16 de maio de 2023. Institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 4, 17 maio 2023.

BRASIL. Portaria n° 2.250, de 23 de junho de 2023. Designa os membros do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 78, 27 jun. 2023.

BRASIL. Portaria n° 3.126, de 14 de setembro de 2023. Altera a portaria n° 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 73, 15 set. 2023.

BRASIL. Portaria n° 3.800, de 20 de novembro de 2023. Altera a portaria n° 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 57, 22 nov. 2023.

BRASIL. Portaria n° 75, de 05 de janeiro de 2024. Designa os suplentes dos representantes da sociedade civil no Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 49, 8 jan. 2024.

BRASIL. Portaria n° 78, de 05 de janeiro de 2024. Altera a portaria n° 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 49, 8 jan. 2024.

BRASIL. Portaria n° 499, de 16 de fevereiro de 2024. Altera a portaria n° 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 55, 20 fev. 2024.

BRASIL. Portaria n° 789, de 19 de março de 2024. Altera a portaria n° 75 de 5 de janeiro de 2024. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 57, 21 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 792, de 19 de março de 2024. Altera a portaria nº 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 57, 21 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 972, de 9 de abril de 2024. Altera a portaria nº 2.250 de 23 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 59, 10 abr. 2024.

BRASIL. Portaria nº 1.171, de 24 de abril de 2024. Altera a portaria nº 75 de 5 de janeiro de 2024. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 54, 26 abr. 2024.

BRASIL. Portaria nº 1.495, de 28 de maio de 2024. Altera a portaria nº 75 de 5 de janeiro de 2024. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 88, 29 maio. 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 22 de novembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 107, 23 nov. 2023.